

Entrevista



PIERRE NORA, OU O HISTORIADOR DA MEMÓRIA

Ana Cláudia Fonseca Brefe*

Além de seu certo reconhecimento internacional, Pierre Nora é um dos historiadores mais conhecidos na França, sobretudo depois da organização de obras coletivas como *Faire de l'Histoire* e, mais recentemente, *Les lieux de mémoire*. Sua produção historiográfica desenvolveu-se em paralelo à sua carreira de editor numa das mais conhecidas editoras francesas, a Gallimard, onde ele é o responsável pela publicação de grandes nomes das ciências humanas, como Michel Foucault, Georges Duby, Jacques Le Goff, Keith Thomas, Eric Hobsbawm, entre outros.

Em grande parte, essa condição profissional “bipartida” explica o seu percurso intelectual que permitiu a realização de empresas monumentais, como as citadas acima.

Na entrevista que se segue, que nos foi concedida em seu charmoso escritório nas Edições Gallimard em Paris, Pierre Nora nos fala de seu percurso como historiador, destacando os contextos intelectual, político e historiográfico da França a partir dos anos 70, quando sua obra foi produzida.

Sobre sua filiação à Escola dos *Annales* e à “Nova História”, a resposta de Nora mostra-se ambígua, na medida em que ele assinala os traços que o unem à Terceira Geração do *Annales*, mas essencialmente aqueles que o separam, ou que marcariam a singularidade de seus encaminhamentos.

* Doutora em História – IFCH-Unicamp.

O seu interesse pelo estudo da memória, fruto da constatação de um conjunto de fenômenos bastante complexos e profundos que marcaram a França a partir do início dos anos 70, dá o tom inovador a seu trabalho, profundamente atento à transformação das tradições francesas e, sobretudo, à mudança radical na forma de encará-las.

A análise da “reviravolta” no campo das tradições se faz pelo estudo do sentimento nacional de um ponto de vista novo, ou seja, a partir da valorização de objetos, na maior parte das vezes, então, desprezados pela disciplina histórica. Esse tipo de abordagem, que se distancia das análises clássicas da questão nacional, se faz pela escolha de um novo método de pesquisa que consiste, principalmente, em se aproximar dos objetos de maneira direta e em olhá-los de seu interior. Esse procedimento resultou na criação de um conceito, o de *lugares de memória*, que foi sendo elaborado ao longo do tempo e por meio de uma aproximação cada vez mais estreita dos objetos analisados.

Essa noção acabou por se tornar um rico instrumental de trabalho para todo historiador preocupado em problematizar a questão nacional, em seu complexo emaranhado tecido entre história e memória, seja no âmbito local, regional, nacional ou mesmo internacional, ainda que à revelia de seu criador, como ele mesmo constata.

História Social: Depois da tradução dos livros *Faire de l’Histoire* no Brasil, logo depois de sua publicação na França em 1976, seu nome tornou-se conhecido no meio das ciências humanas. Retomando a apresentação do primeiro volume, entendemos que se trata de uma espécie de balanço e de uma reflexão coletiva sobre o que estava acontecendo no campo da história, na França, desde o final dos anos 60. O senhor poderia nos falar sobre isso?

Pierre Nora: Sim. Para entender *Faire de l’Histoire* é preciso entender que, na minha situação pessoal na França, associei intimamente meu trabalho de editor com o de historiador, o que é bastante raro, pois a maior parte dos historiadores são, especialmente, professores universitários. Quando eu quis

criar a coleção *Faire de l'Histoire*¹ e *La Bibliothèque des Histoires*, que se seguiu, ou mais precisamente, duplicou uma outra coleção que eu havia criado antes, *La Bibliothèque des Sciences Humaines*, eu tinha pensado numa espécie de “volume manifesto” que poria em destaque os problemas teóricos e epistemológicos que a disciplina histórica, então, tinha diante dela. É preciso dizer que, na França, depois de *L'apologie pour l'Histoire*, de Marc Bloch,² praticamente não houve um livro que discutisse tais questões, salvo aquele de Henri Marrou, *De la connaissance historique*, de 1953 – portanto vinte anos antes – um livro que questionava a disciplina histórica. Ora, no início dos anos 70 houve um enorme trabalho que se operou no interior da Escola dos *Annales* e, certamente, graças a ela. Estávamos em um período, eu diria, de virada, um momento em que a experiência adquirida dos *Annales* tinha capitalizado um saber considerável em múltiplas direções que foi, na época, especialmente a história econômica e social e o início da história das mentalidades e, em seguida, um outro período que também vem no fluxo da Escola dos *Annales*, mas que marca uma grande inflexão no movimento que será claramente perceptível no momento em que *Faire de l'Histoire* irá aparecer. Assim, a história clássica dos *Annales*, a sua essência econômica e social, será repentinamente revirada em diversas direções que são claras e perceptíveis. Aquela que Le Goff lhe dará com a antropologia histórica, aquela que François Furet lhe dará com a história política propriamente dita, aquela que outros, como o próprio Duby, lhe darão com a história das mentalidades, muito acentuada como a história artística e Le Roy Ladurie, no *Montaillou*, que data de 1975, com esta tentativa, muito diferente de sua tese sobre os camponeses do Languedoc, feita no domínio da história econômica e social. Assim, *Faire de l'Histoire* se situa exatamente no momento dessa mudança interna. Meu projeto pessoal, na época, era um

¹ Esse é o nome da coleção criada por Pierre Nora na editora Gallimard, em meados dos anos 60, que se dedica à publicações no campo da História. Tradução em português: *História, novos problemas, novas abordagens, novos objetos*, 3 volumes. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

² Traduzido em português como: *Introdução à história*. Europa-América, 1987.

pouco diferente. Ele consistia – e eu havia falado sobre ele com Michel Foucault que tinha se interessado – em fazer um livro somente com três ou quatro pessoas, Foucault, Furet, Le Goff, Le Roy Ladurie e eu, que trocaríamos textos sobre o problema da mudança dos *Annales* e daquilo que se passava com a história. Foi Jacques Le Goff, com quem eu me associei, que se empolgou pelo tema e que, de certo modo, transformou esse projeto mais modesto em uma vasta geografia, um vasto inventário. E o livro, para dizer a verdade, carrega muitas dessas contradições da época, dessas facetas diferentes. É um livro que, em muitos sentidos, é pós-marxista, há somente Pierre Vilar que ainda faz uma história que poderia ser chamada de marxista, mas ela é marcadamente conceituada. É um livro de vanguarda, algumas das novidades que marcam a época seguinte como (através do meu artigo sobre o fato)³ a história contemporânea e a pressão do presente sobre o questionamento do passado; de vanguarda também na dimensão da historiografia, isto é, da história da História que não esteve muito presente na reflexão dos historiadores antes e que ganhará uma importância cada vez maior; de vanguarda ainda no caso de algumas tentativas da época que não deram os frutos esperados, como a história psicanalítica, através de Besançon,⁴ cujo trabalho não deu em grande coisa. Dessa forma, em vários sentidos, *Faire de l'Histoire* reflete, ao mesmo tempo, um amadurecimento da época, uma virada, e as contradições que esse período ainda exprimia. O livro teve, para mim, um sucesso completamente inesperado, porque eu enxergava suas falhas, suas contradições, seus defeitos; eu não via aquilo que o grande público via nele, isto é, a primeira demonstração pública daquilo que nós chamamos a *Nova História*. De resto foi uma das discussões que tivemos com Jacques Le Goff, que é provavelmente um dos melhores representantes de sua geração na história dos *Annales*, que quis que marcássemos esse “manifesto” de forma mais clara, do lado da História chamada de *Nova*. E eu pes-

³ Nora, Pierre. “O retorno do fato”. In: Le Goff, comp. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

⁴ Besançon, Alain. *Histoire et expérience du moi* (1971).

soalmente, na Gallimard, não queria que a História fosse ou parecesse a expressão da *École des Hautes Études*, mas englobasse de maneira mais geral os problemas intelectuais que se punham à disciplina. Por isso, para escrever os artigos do livro, preferi escolher amplamente pessoas que não pertencessem ainda completamente – ou que parecessem não pertencer à Escola dos *Annales*, ou seja, não a Nova História, mas, digamos o que havia de novo na história em geral. Em resumo, não fazer dele um manifesto de escola. De todo modo, foi assim que pareceu ao grande público e foi nessa medida que o livro foi, muito provavelmente, um grande sucesso.

História Social: Quatro anos depois da publicação de *Faire de l'Histoire*, Jacques Le Goff e Jacques Revel publicaram *La Nouvelle Histoire*,⁵ uma obra também coletiva, organizada à maneira de um dicionário. Para alguns autores, essa obra é considerada como o manifesto de uma nova geração de historiadores, ao mesmo tempo, herdeiros e desertores da Escola dos *Annales*. O senhor concordaria em chamar esse grupo de historiadores de Terceira Geração dos *Annales*? O senhor se considera pertencente a ela?

Pierre Nora: Sim, é incontestavelmente a Terceira Geração dos *Annales* que fará o livro que você mencionou e ele é a consequência direta de *Faire de l'Histoire* e da discussão sobre a qual eu lhe falei. No fundo, Le Goff, um pouco insatisfeito com o caráter marcadamente geral, muito pouco *Nova História*, aceitou, com muito prazer, fazer um dicionário, dessa vez francamente chamado de *La Nouvelle Histoire*. Mas, você sabe, é preciso não exagerar. Na época foi uma espécie de vontade social e é muito natural que, logo após a publicação do *Faire de l'Histoire*, ele tivesse sido desejado de uma outra forma, no formato de um dicionário. Mas, com efeito, e você tem razão de assinalar, aconteceu algo de profundo sobre o que nós voltaremos

⁵ Parcialmente traduzido em português com o título: *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

mais adiante, entre *Faire de l'Histoire* e *La Nouvelle Histoire*; não seria algo realmente chocante, e eu inúmeras vezes assinalei que no *Faire de l'Histoire* não haja nada sobre a memória, nem uma só palavra sobre esse aspecto que, ao menos para mim, ganharia uma imensa importância? Ao passo que, em 1978, para o seu dicionário sobre a Nova História, Le Goff me pediu vários artigos, “Memória coletiva”, “Tempo presente”, que manifestavam a emergência dessa dimensão.

Retomando sua questão sobre a geração a que pertença. É evidente que a Primeira Geração dos *Annales* é aquela de Lucien Febvre e Marc Bloch, que a Segunda Geração é aquela de Braudel e de Labrousse e que a Terceira é aquela de Le Roy Ladurie, Le Goff, François Furet, por exemplo. Porém, para chegar até mim, que é precisamente sua questão, se eu pertença a essa geração, sim e não. Sim. Todos eles têm cinco ou dez anos a mais do que eu. Eu sou um pouco mais jovem, mas intelectualmente são todos amigos com os quais trabalhei. É do ponto de vista intelectual, então, que eu vou falar. Os *Annales* foram muito lentos em admitir, no seio mesmo da *École des Hautes Études*, a história propriamente contemporânea. Na França, ela permaneceu um monopólio da Sorbonne e da universidade clássica, dominada por uma grande personalidade que estudava a História das Relações Internacionais e que foi o senhor Pierre Renouvin. Conseqüentemente, aqueles que pretendiam fazer história contemporânea, como era o meu caso, eram obrigados a recorrer a Renouvin, mais do que à *École des Hautes Études*. De fato, foi necessário esperar a saída de Braudel para que a *École des Hautes Études* se interessasse pela história dita contemporânea e a desenvolvesse. E isso se deu, então, quando Le Goff ou Furet foram presidentes da *École des Hautes Études*, depois da saída de Braudel. Muitas vezes foi dito que *Faire de l'Histoire* foi, no fundo, o fim simbólico da época “braudeliiana” e o início de uma outra época. É justamente sobre essa geração que estou falando. É preciso dizer que os problemas do quais tratei aí, sejam aqueles da memória, em particular, sejam aqueles da órbita e da herança dos *Annales*, pois é esta a sua questão. A resposta é muito clara. Se considerarmos a Escola dos *Annales* essencialmente ligada a essa história estritamente

econômica e social, do anos 50 e 60, é certo que aquilo que eu faço não faz parte, mas inaugura, ou pertence a um outro domínio intelectual evidente. Se quisermos considerar que a Escola dos *Annales* não se resume a um desses momentos, mas consiste num acolhimento e numa abertura quase permanente a uma renovação em profundidade da história, neste momento, é claro que a história da memória que eu procurava desenvolver vinha na linha direta dos problemas que teriam certamente apaixonado pessoas como Lucien Febvre ou Marc Bloch de *Rois Thaumaturges*, por exemplo. Ou mesmo pessoas como Le Goff, que se adaptaram e se interessaram completamente, e outros historiadores menos conhecidos da época, como Alphonse Dupront,⁶ que conhecemos por seu livro sobre o mito das cruzadas e que foi da geração de Braudel, mas que se interessava pela história cultural, ideológica, religiosa, pela antropologia religiosa, tais autores se apaixonariam por meu projeto de uma história da memória. Portanto, resposta obrigatoriamente ambígua, claramente negativa no que se refere à história econômica e social, muita mais flexível, em se tratando de uma história bastante aberta.

História Social: Entre a publicação do *Faire de l'Histoire* e *La Nouvelle Histoire* se passaram menos de quatro anos, mas notamos que algo acontece, pois temas que não apareceram no primeiro livro, como “memória coletiva”, são acrescentados. O que aconteceu, de fato?

Pierre Nora: Aconteceu alguma coisa em meados dos anos 70 na França, sobre a qual tomamos consciência apenas retrospectivamente e que na época não foi percebido, mas que explica exatamente o problema que você acaba de assinalar, isto é, a emergência desse problema da memória como preocupação histórica. Um desnivelamento, vasto e poderoso, ocorreu, tão grande que deve ser atribuído não a uma ou duas razões locais e precisas, mas a um

⁶ Esse historiador escreveu uma tese sobre o mito das cruzadas, ainda nos anos 50, que pode ser considerada como os primórdios de uma história cultural. Essa obra foi recentemente publicada por Nora na *Bibliothèque des Histoires: Le mythe des croisades*. Paris: Gallimard, 1998, 4 volumes.

conjunto, no qual eu diria que se cruzam inúmeros fenômenos, aparentemente diferentes entre si, mas que, entretanto, se recortam para entrar em ressonância. Acredito que o primeiro desses fenômenos é o fim dos 30 anos de crescimento que acaba brutalmente em 1974, no momento do início da crise econômica, na Europa e no mundo, estritamente ligada ao problema do petróleo e a sua subida repentina de preço. Ou talvez, à inversão do crescimento da sociedade rural tradicional francesa – já que na França essa inversão foi muito tardia – que se manteve por mais tempo do que em outros lugares.

É em meados dos anos 70 que aquilo que os sociólogos da vida rural já assinalavam há dez ou quinze anos, ou seja, o fim das bases rurais francesas tradicionais, torna-se repentinamente perceptível para a consciência pública e geral. Isso se dá de uma maneira muito violenta e será marcado pelo sucesso de alguns livros como *Le cheval d'orgueil*, de Jacques Ezelias, ou *L'histoire de la vie rurale*, publicado em quatro volumes pelas edições do Seuil e dirigido por Armand Wallon, os quais mostram bem que repentinamente a atenção pública por aquilo que chamamos de vida rural ou memória rural é uma forma de reconstituição histórica no momento em que a realidade rural está prestes a desaparecer violentamente.

É justamente em 1975 que os estatísticos ressaltam que a taxa de população ativa que trabalha na agricultura na França cai para menos de 10%, sendo que ela era ainda de 45% no fim da Segunda Guerra. Como se vê, a queda é mesmo brutal. Assim, com o desaparecimento da velha base camponesa, cristã também, enfim da velha base rural francesa, o início de uma vasta transformação ou a consciência de uma vasta transformação começa, mostrando, primeiramente, a consciência da perda, a contrapartida dessa crença é o desaparecimento dos antigos costumes, das antigas tradições, das antigas paisagens, dos antigos sítios, das antigas culinárias, dos antigos tipos de sociedades, dos antigos artesanatos que ainda restavam, da antiga classe operária sobre a qual o Partido Comunista Francês foi fundado. É toda uma França a respeito da qual temos a impressão de que ela se revira e desaparece para sempre. Isso será certamente um fenômeno de treino da memória,

pois não se trata de um desaparecimento brutal, e sim de um luto, de uma presença fantasmagórica, trata-se de um espectro da antiga França que assombra o início de uma nova. Em resumo, há todo um fenômeno de memória, de reapropriação dessas tradições que entra em jogo. Um segundo fenômeno que julgo muito importante é o impacto do desaparecimento de De Gaulle e aquilo que lhe seguiu, a partir do início dos anos 70. É nesse momento que começamos a tomar consciência da importância do “gaullismo” na tradição política, percebendo que ele não foi apenas um fenômeno meio folclórico, ou excepcional, ligado a uma personalidade que é aquela do general De Gaulle. Nota-se que o “gaullismo” teve efeitos profundos e longos sobre o conjunto da vida política francesa. Quais?

Eles se situam em diferentes níveis. O primeiro é que, com o desaparecimento de De Gaulle, começa a transformação mental do personagem em torno do qual se reúnem muito dos seus inimigos, particularmente toda a esquerda francesa e a imagem de De Gaulle, divisor da França, general, em relação aos civis, personalidade autoritária, anti-europeu. Tudo isso vai desaparecer para culminar na exaltação de um grande homem, o que inverte a idéia mesma daquilo que ele foi e que se torna o homem da unidade, o homem da República, o homem da Europa, o grande homem e a última das figuras que encarnam a grandeza francesa e, também, é o fim imediato do consenso que De Gaulle soube lançar sobre o período da Segunda Guerra, declarando no dia seguinte de seu fim que todos os franceses tinham se portado bem durante o período da guerra, salvo um punhado de desgarrados que se deixaram levar pela Colaboração e que a reação global do povo francês tinha sido correta e que, no conjunto, a França teria resistido. Foi uma ilusão, mas uma ilusão profundamente construtiva depois da guerra e, politicamente, bastante compreensível. Pouco tempo depois do desaparecimento de De Gaulle começa a aparecer uma outra versão mais crítica da Resistência e, por diferentes razões, reaparece a lembrança acusadora e vergonhosa do período “vichysta”.⁷ Depois do processo Tuvier, por exemplo, que co-

⁷ Referente ao *Governo de Vichy* é o nome dado ao governo estabelecido em Vichy, sob a direção do Marechal Pétain, durante a ocupação alemã.

nhecemos e que se tornou muito tempo depois processo de crime contra a humanidade, ou através do livro de Robert Paxton sobre a França de Vichy, que mostra a colaboração de Vichy com os alemães, ou ainda o filme *Le chagrin et la pitié*. Tudo isso, entre 1970 e 1973, traz à tona não apenas a lembrança acusadora da França de Vichy, mas também todas as lembranças de uma França vergonhosa, eu diria, aquela da França contra-revolucionária, dos “*camisards*”,⁸ enfim tudo o que a França havia recalçado, de certa forma, de si mesma, e que a grande era De Gaulle havia mascarado, vai começar a reaparecer.

Acreditávamos que a constituição gaulliana da 5ª República tinha sido válida principalmente sob De Gaulle. Ora, se confirmará cada vez mais que a Constituição de 1958 e 1962, isto é, feita por De Gaulle, a 5ª República, digamos, que tinha substituído a 4ª, é um reequilíbrio das instituições profundamente desestabilizadas pela Revolução Francesa. Teria sido, ainda, aquilo que o general De Gaulle quis com o restabelecimento de um Executivo muito forte, de modo que evocar a sombra da monarquia de outrora, afastada desde a Revolução Francesa, seria uma forma de encontrar um equilíbrio que permitiria uma espécie de reconciliação dos franceses com eles mesmos e que reconciliaria, no fundo, a história da França republicana ou revolucionária com a história da França monárquica. De tal modo que uma longa perspectiva, e se eu a evoco é para explicar essa virada memorial que a França conhecerá por volta de 1975, recolocará em foco o conjunto do passado nacional e permitirá um certo tipo de interesse muito forte pelo período monárquico. Eis aí, ao menos, duas razões. Talvez fosse necessário acrescentar uma terceira, decisiva. Na França, o Partido Comunista foi, como você sabe, muito forte, muito mais do que em qualquer outro país europeu. É em meados dos anos 70 que começa a se dissipar a força do Partido Comunista Francês, que tinha até 25% de eleitores e que vai sofrer uma queda para menos de 10%. Assim, em pouco tempo, isto é, em cinco ou seis

⁸ Calvinistas do *cevenois* (região francesa) insurgidos durante as perseguições que se seguiram à revogação do Édito de Nantes. Esse nome se deve à camisa que eles usavam por debaixo das roupas para serem reconhecidos pelos seus.

anos, torna-se uma força política quase nula na França. É um fenômeno extraordinário que ocorre antes mesmo da queda da União Soviética e de sua transformação. Entre 1975 e 1981, data da vitória socialista nas eleições, opera-se, primeiramente no meio intelectual e posteriormente num âmbito maior, um desgaste, um apagamento, uma decomposição da idéia revolucionária. Ora, essa idéia revolucionária foi sempre muito forte depois da Revolução Francesa, naquela que Marx havia chamado a França o lar, o país da Revolução, desde 1830, 1848, 1870, a Comuna, etc. Portanto, o fim da idéia revolucionária como organizadora do sentido da história foi muito importante, eu diria, para revalorizar uma espécie de culto da tradição. Todas essas razões, somadas a muitas outras que ainda poderíamos enumerar como: em meados dos anos 70, o sentimento de uma certa forma de soberania francesa chega a seu fim, tornando imperativa a submissão às exigências internacionais globais; a interiorização, também, do fim do império francês, com o fim da Guerra da Argélia, desde 1962, mas que levou alguns anos para ser aceito. Tudo isso representa, no fundo, a transformação de uma grande potência que teve, graças a De Gaulle, uma certeza na sua consciência de si mesma de ser uma grande potência. Essa grande potência toma consciência de que, dentro do panorama europeu e mundial, ela não é mais do que uma potência mediana. Tal adaptação, muito profunda, do olhar que os franceses vão ter sobre a França acompanha-se de uma revalorização evidente do passado nacional. Portanto, há uma mudança de atitude muito profunda tanto em relação ao futuro como em relação ao passado. É uma espécie de aumento progressivo do culto do patrimônio que ocorre e tudo isso explica de forma clara a transformação que os historiadores repercutiram sobre um plano que, talvez, possamos dizer, o meu mérito foi de sentir, centralizar ou de orquestrar para se lançarem nessa empresa de sete volumes dos *Lieux de mémoire*, que eu intelectualmente comecei entre 1978 e 1980.

História Social: O verbete “memória coletiva” é o primeiro esboço do projeto dos *Lugares de memória*. Como se fez a passagem, isto é, da idéia à materialização da própria empresa?

Pierre Nora: Muito bem, eu vou lhe dizer que, concretamente, ocorreu o inverso. A aplicação prática veio antes da conceituação que, por sua vez, veio de maneira progressiva, porque, de fato, desde que entrei na *École des Hautes Études*, em 1978, eu quis estudar o sentido do “nacional”, eu diria, entre aspas. E me pareceu mais interessante, mais estimulante do que fazer generalidades sobre a história do patriotismo, sobre a história do sentimento nacional, sobre a percepção da pátria, mais do que fazer uma história de idéias puras, no sentido tradicional, muito mais estimulante tomar objetos portadores dessa expressão do sentimento nacional e, então, investigá-los, esmiuçá-los, analisá-los por dentro, estudar sua anatomia, dissecá-los.

Assim, entre 1978 e 1979, eu me deixei flunar longamente entre temas aparentemente diferentes uns dos outros que começavam com memoriais completamente verdadeiros, como o Panteão, como os monumentos aos mortos, o cemitério Père Lachaise, os museus de monumentos franceses e, pouco a pouco, entre temas que tinham uma relação com esses memoriais para mim evidente, mas não tão evidente para o grande público, por exemplo, o que a bandeira francesa, o que um emblema, uma instituição como a Academia francesa, uma região como a Vendée⁹ transmitiam de expressão nacional de memória; o que monumentos como o “Mur des Fédérés”¹⁰ carregavam como história e como símbolos; o que certas bibliotecas populares, onde poderíamos ainda pesquisar seus fichários, apresentavam de tipos de cultura popular constituídos em um dado momento; qual foi a história do 14 de julho como festa nacional, que atualmente não tem mais grande importância, mas já teve uma enorme, funcionando como um rito republicano absoluto; o que foi um manual, tal como *Le Tour de France par deux enfants*. Eu me dei conta de que nunca fora feita a história da maior parte desses objetos, inclusive do Panteão, da bandeira francesa, que foi apenas estudada por militares. Fui, então, literalmente tomado por uma espécie de em-

⁹ Departamento francês do “Pays de la Loire”. Também conhecida no período revolucionário pela insurreição monarquista e contra-revolucionária.

¹⁰ Muro do cemitério Père Lachaise de Paris, diante do qual foram executados os últimos defensores da Comuna de maio de 1841.

briaguez. Eu vi se abrir diante dos meus olhos uma espécie de campo, ao fundo cada vez mais largo, um horizonte de problemas que se punham a cada dia de forma mais enfática: que tipo de relação haveria entre a psicologia coletiva e a memória coletiva; que princípio de nação se elabora; quais seriam as diferenças entre o sentimento nacional e o sentimento puramente francês ou republicano; quais problemas colocariam as comemorações, que estudamos tão pouco e, em si, a teoria do ritualismo e da comemoração; em resumo, era todo um campo, o próprio patrimônio, sua história que repentinamente começava a emergir como história e em grande quantidade. O que mais me fascinou foi que uma quantidade de temas considerados locais, marginais, provincianos em relação à “grande História”, ganhava uma nova centralidade. Por exemplo, algo que lhe interessa, a história dos museus, que até então fora feita apenas por conservadores, a história dos arquivos que realmente não havia sido feita, nem mesmo por conservadores, um certo arquivo local, mas não a história da constituição dos arquivos e, além disso, por exemplo, como a constituição desses arquivos conduziu a uma forma progressiva de fazer a história. Eis aí dois temas – história dos arquivos, história dos museus – que eram a pequena história erudita e que repentinamente ganhavam uma dignidade, uma importância, uma centralidade e se tornam a “grande história”.

Eu acredito que um dos efeitos dos *Lugares de memória* não foi somente de inventar temas, mas de lhes dar um brilho, uma centralidade que nunca tiveram. Então, pouco a pouco, todo um campo se desdobrou diante de mim e, evidentemente, eu não poderia explorá-lo sozinho, mas seriam necessários especialistas, chamar uns e outros para trazerem sua contribuição, para “tapar esse buraco”, para explorar esse domínio, para esclarecer este ou aquele ponto. Foi assim que eu me tornei uma espécie de maestro pela força das coisas, sendo levado progressivamente a me colocar problemas teóricos e a fazer a teoria da empresa. Eu levei muito tempo para fazê-la e ela evoluiu muito lentamente, porque se eu me precipitei sobre a expressão *os lugares de memória*, que me pareceu se impor desde o princípio para abranger objetos tão diferentes uns dos outros, essa noção em si mesma,

quando quisemos defini-la, cercá-la intelectualmente, tivemos muitos problemas para fazê-lo. Assim, eu levei bastante tempo para elaborá-la, e ela, progressivamente, se transformou.

História Social: O texto introdutório da coleção, “Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux”, o senhor o escreveu ao final?

Pierre Nora: Sim, certamente, eu o fiz no final e eu o reescrevi ao menos umas dez vezes. É um texto que, de início, tinha cerca de 200 a 250 páginas. Eu tinha pensado em publicá-lo separadamente da coleção, como um livro. Foi refletindo um pouco que eu pensei que isso teria um ar pedante, como se eu dissesse “eis aqui a teoria, as aplicações teóricas não são meu problema”. Pensei que seria necessário ligar os dois e que assim seria mais enriquecedor. Posso lhe dizer que hesitei bastante quanto à melhor forma de publicação. Num dado momento, pensei mesmo em fazer o livro sozinho, fazer uma longa introdução teórica e três ou quatro *case studies*, que eu teria feito sozinho. Escolhi a outra solução, que consistia em fazer quatro volumes que se tornaram sete. Foi *work in progress*, como dizemos. E a obra engendrou a si mesma, como bonecas russas, ela se desenvolveu, ela nasceu de seu próprio trabalho. E é isso que faz, eu acredito, que esses livros muito raros, estendendo-se ao longo de 12 anos, reflitam a própria evolução de sua época e a época em si mesma. Os *Lieux de mémoire* não obedeceram a um plano linear e a uma realização progressiva de um plano previamente estabelecido, mas no interior de três grandes leques – República, Nação, França –, eles engendraram a si mesmos, desenvolveram-se do interior, um pouco como um campo, ou um tumor, como preferir, ou ainda como um ser orgânico.

História Social: Os autores partiram deste conceito, que no início era impreciso, os *lugares de memória*?

Pierre Nora: Não. É preciso dizer que os autores, que foram todos profundamente cooperativos, muito entusiastas e aos quais eu dou meu reconheci-

mento por alguns artigos extraordinários, foram todos dirigidos pessoalmente. Nós nunca tivemos sequer uma reunião coletiva, foi um *tête à tête*. Eu estive e trabalhei com cada um dos autores. Nenhum deles jamais teve uma visão de conjunto, e muitos nem mesmo tiveram a consciência sobre o tipo de história da qual estavam participando. Depende dos autores, alguns compreenderam claramente a empresa conjunta, como Le Goff, Ozouf, Gauchet, Pomian, Revel, que são muito próximos de mim, com os quais eu falava constantemente e que acabaram por enriquecer a obra com seu intercâmbio intelectual. E houve vários outros autores mais afastados e especializados a quem eu pedi uma contribuição particular, sobre um aspecto particular, explicando exatamente o que eu queria e que, no fundo, não se interessavam muito por essa história diferente ou nova e que, em alguns casos, não a compreendiam.

História Social: Se o senhor me permitir resumir em algumas palavras esta obra monumental dos *Lugares de memória*, composta de sete grossos volumes, eu diria que ela é uma espécie de tentativa de reflexão coletiva sobre a memória nacional francesa que privilegia a dimensão simbólica da história. Nela, a nação francesa é posta em questão e em prova. Mas, no fundo, essa empresa nos remete à noção geral de nação e de universo político que é revisada desde o início dos anos 80. Durante esses anos, uma série de publicações sobre o tema apareceu. Para além da centralização sobre o contexto francês, quais seriam os pontos de aproximação e de distinção com obras como aquelas de Benedict Anderson, de Ernest Gellner e Eric Hobsbawm?¹¹

Pierre Nora: Acho que já respondi, em parte, à sua questão com aquilo que acabo de dizer. Todos os livros que li, que conheço bem e alguns que eu

¹¹ Traduzidos em português: Anderson, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Rio de Janeiro: Ática, 1989; Hobsbawm, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; Hobsbawm, E. e Ranger, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

publiquei, como o de Hobsbawm, *Nations and nationalism* – ainda que eu suponha que seja o livro *A invenção das tradições* em que você esteja pensando –, todos esses livros são muito interessantes, mas, justamente, a originalidade e o princípio mesmo dos *Lugares de memória*, é que ele curto-circuita esse tipo de análise geral e abstrata e uma história clássica, para se aproximar diretamente dos objetos de estudo e extrair do seu interior aquilo que eles poderiam fornecer. Acredito que o método intelectual é radicalmente diferente e que se parece, sobretudo, com uma abordagem mais interior do fenômeno de memória. Sobre as relações entre memória e história não poderemos falar longamente, mas são relações íntimas ao problema tradicional da história. Você não pode fazer a história da memória da mesma forma que faria a de qualquer outro tema de história, porque há entre memória e história uma relação de antigüidade e de intimidade que faz com que a abordagem ou o desejo de abordagem coloquem em questão – e eu diria, profundamente – as abordagens tradicionais da história. Assim, e eu insisto, você não pode tratar do problema da memória como trataria qualquer outro tema de história. Fazer a história da memória significa subverter radicalmente os métodos tradicionais da história. Portanto, era necessário encontrar outra forma. Não vou dizer que eu a encontrei, mas penso que é uma maneira de fazer a história da memória, em vez de se colocar brutalmente e diante de blocos de história, inteiramente constituídos pela tradição, veiculados pelo tempo até nós. E, mais uma vez, como eu dizia, um pouco como tumores, como entidades orgânicas que vieram até nós, por exemplo, “liberdade, igualdade, fraternidade”, nós estamos familiarizados com uma expressão que tem três palavras com as quais compomos uma, e não nos damos conta de que essas três palavras estavam dissociadas, que a última veio somente 50 anos depois das duas primeiras, que uma expressão como esta tem toda uma história. Então, a virtude dessa abordagem direta do sujeito é de “desfamiliarizar”, de lhe devolver sua originalidade inicial, de “des-objetivar”. É um método muito mais etnográfico do que historiográfico, eu diria, e que consiste em ver esses objetos como do exterior, como se não estivéssemos lá. Não é gratuito o fato de eu ter chamado a problemática dos lugares, no

início da obra, *entre memória e história*, mas é que eu penso que vivemos, ao menos no quadro nacional, um período de junção em que o historiador tem a reunir, o vivido tradicional de uma história que se tornou memória com os objetos de memória, propriamente ditos. Essas relações são muito delicadas, porque de fato isso consistia em inverter, em muitos pontos, o sentido dos termos, isto é, de considerar toda a história tal como nós a aprendemos como formadora da nossa própria memória. Evidentemente, há uma espécie de estranhamento ou de sutileza em querer que a história que conhecemos esteja integrada a tal ponto em nossa própria memória que, ao fazer sua história, vejamo-nos obrigados a fazer a história da história. É por isso que a dimensão historiográfica dos *Lugares de memória* é tão presente e tão profunda. Tudo isso coloca um conjunto de problemas que tem pouco a ver com a forma de falar de um sociólogo como Gellner, ou com a de historiadores como Hobsbawm e Anderson.

História Social: Depois de mais de dez anos da publicação dos primeiros volumes de *Lugares de memória*, que se fez de 1984 a 1992, e com seu recente relançamento na coleção *Quarto*, em formato “de bolso” e a preços bem mais acessíveis, a obra pôde atingir o grande público e não apenas os especialistas. Mas, nesses anos, a noção mesma de *lugares de memória* parece ter ganhado uma espécie de vida própria, tornando-se até mesmo verbete de dicionário e, muitas vezes, sendo utilizada de maneira um pouco distorcida. Como o senhor vê esse processo de “apropriação”?

Pierre Nora: A difusão pública da palavra tem uma data e circunstâncias muito precisas. Ela se fez brutalmente no outono de 1986, no momento do caso do restaurante *Fouquet's*,¹² cujo proprietário resolveu se utilizar de todos os meios para difundir em alto e bom tom que um tal “lugar de memória” não poderia ser esquecido. O Ministério da Cultura, onde Jack Lang estava de volta depois de uma primeira estada, procurou se servir da noção

¹² Um dos restaurantes mais tradicionais de Paris.

para permitir a proteção de um larga gama de bens que entravam facilmente nessa categoria e que, até então, com a lei de 1913, a qual evocava somente o interesse histórico ou artístico do monumento, não poderiam ser tombados. O *Olympia*, por exemplo, ou o *Hôtel du Nord*, as casas de artistas ou uma tal paisagem pintada pelos impressionistas. Eu seria malvisto se reclamassem dessa difusão e só posso me alegrar de ver a noção servir a boas causas. Mas é preciso reconhecer que o sucesso, como acontece na maior parte das vezes, se faz ao preço de interpretações empobrecidas e mesmo em um contra-senso. Um *lugar de memória*, para mim, não poderia nunca ser reduzido a um objeto material, mas sim, ao contrário. A noção é feita para liberar a significação simbólica, memorial – portanto, abstrata – dos objetos que podem ser materiais, mas na maior parte das vezes não o são. Na verdade, existem somente *lugares de memória* imateriais, senão seria suficiente que falássemos de memoriais.

História Social: Na Revista *Le Débat*, nº 78 de 1994, a problemática dos *lugares de memória* é aberta a outros países como uma noção que permitiria refletir sobre suas memórias nacionais. Em que medida essa noção é exportável?

Pierre Nora: Exportável eu continuo a pensar que a noção de *lugares de memória* não é, assim, tão facilmente. Analisando a estrutura da obra, dividida em três grandes temas, República, Nação, França, notamos que eles são compreensíveis e válidos apenas para a França. A expressão, *lieux de mémoire* é completamente intraduzível na maior parte das línguas, isso porque ela não pode ser investida das mesmas significações histórica, afetiva e emotiva como ela é na França. Por outro lado, as atitudes e as ligações que a França mantém com o passado e com a sua memória são particularmente fortes e, nesse caso, Marx falou inúmeras vezes da história sob o “risco da fé”, ou ele falava dos franceses obcecados por sua própria história, etc. Assim, por causa da Revolução Francesa, da antiguidade da história que não tem ponto de origem, não há uma origem assinalável, a ruptura radical da

Revolução e ainda muitas razões podem se somar para explicar a obsessão dos franceses por sua própria história, a diversidade do país, a história política completamente caótica, a dificuldade de se encontrarem as bases do regime, a multiplicidade de destinos e vocações, marítimas e continentais, enfim, muitas e muitas razões levam a uma necessidade profunda do Estado, do papel do Estado que é particularmente mais importante na França do que em outros lugares e que fizeram dela uma espécie de laboratório do “Estado-Nação” centralizado. Todas essas razões combinam-se para dar à relação dos franceses com o seu próprio passado uma importância que a mutação do modelo nacional atual torna ainda mais evidente e patente. O que justifica a atualidade do livro e sua ancoragem no presente, mas que retoma, de certa maneira, e faz ressurgir entre longos passados de relações de memória tudo isso que é tão adaptado à França, é tão francês que me levou a sempre pensar que a noção mesma de *lugares de memória* seria muito pouco exportável, mas eu realmente me enganei. Eu me enganei porque, de fato, há cinco, seis ou oito anos, muitas experiências do mesmo tipo se desenvolveram na Itália (*Luoghi della memoria*), na Espanha (onde historiadores de Salamanca trabalham sobre os lugares da memória franquista), em Israel, na Alemanha (*Erinnerungsorte*), um pouco em todos os lugares que me mostraram retrospectivamente aquilo que não percebi claramente na época, isto é, que a grande “onda memorial” pela qual a França passava, em meados dos anos 80, não lhe era particular. De fato, essa onda agitou de forma arrebatadora a maior parte dos países, por razões particulares a cada país, como a Alemanha por causa da unidade alemã e por causa do nazismo, como o mundo russo, por causa do fim da União Soviética, como o leste por causa do fim do regime comunista, como os Estados Unidos, por causa daquilo que chamamos de crise da identidade americana, como a América Latina também – ainda que eu me sinta menos seguro e menos competente para falar do seu país que da Europa ou dos antigos países colonizados –, como a África, onde eles também conheceram, pelo problema dos museus, por exemplo, uma interrogação sobre a recuperação de seu próprio passado. Há, portanto, uma espécie de explosão mundial que difere, pela tomada de consciência,

nas formas e nas datas. Nesse sentido, é bastante natural que países que se voltam para empresas históricas ligadas ao problema da memória encontrem em seu caminho essa realização um pouco monstruosa, é preciso admitir, um pouco megalomaniaca, é preciso reconhecer, maluca mesmo, eu admito! Porque apresentar os *Lugares de memória*, e eu repito mais uma vez, que não poderiam ter *lugar* se eu não fosse, como lhe disse no início, ao mesmo tempo um editor e um historiador. Se eu fosse somente um editor, jamais teria aceitado de um historiador a “loucura” desses sete volumes. E se eu fosse apenas um historiador, jamais teria tido os meios para convencer um editor dessa mesma loucura. Portanto, era preciso ser os dois ao mesmo tempo para se obstinar por essa realização um pouco maluca. Assim, eu acredito que a “loucura” faz parte do charme da obra.

História Social: Os Lugares de memória marcam um momento da reflexão histórica que se desenvolveu nos anos 80. Podemos defini-lo como uma espécie de marca de seu tempo. Mas a reflexão histórica não parou desde então e parece deslizar cada vez mais em direção a uma análise da dimensão simbólica das sociedades. Estaríamos caminhando para uma nova virada histórica? Como o senhor definiria a história hoje?

Pierre Nora: Não, eu não acredito que estejamos diante de uma nova virada, mas é a mesma, aquela que representa, entre outras empresas, esta dos *Lugares de memória*, isto é, a evolução em direção a uma história de tipo simbólico. E essa evolução não é suficiente, mas caracteriza aquilo que está acontecendo no domínio da história. A “história simbólica” é um aspecto de um modelo mais geral que revaloriza a história do presente, a história comparativa e a história política, estando as três ligadas. Desses três aspectos a palavra *político* é provavelmente a mais importante. Se a história simbólica evolui, é porque provavelmente percebemos que a palavra *simbólico* é a última dimensão do universo político e que o meio de renovar a história tradicional, clássica, contra a qual toda a história dos *Annales* lutou, é revalorizar aquilo que há de profundamente simbólico no político. Acredito que

aquilo que agita mais profundamente esta transformação atual da história, eu diria como sempre, um passo a mais no sentido da percepção da totalidade. Acreditávamos tê-la atingido com a história econômica e social, mas hoje em dia nos reencaminhamos em direção ao sentimento de que o ponto de vista mais totalizador sobre estar em conjunto e, no sentido mais amplo do termo, ao olhar político – na condição, é claro, de fazer explodir essa noção –, vai em direção a uma antropologia global das sociedades e não à vida política de tais sociedades. Assim o simbólico, o nacional, o político, o comparativo, o contemporâneo formam essa constelação de questões que movimentam a história hoje e no interior da qual o problema da memória se inscreve.

